



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Diretoria de Licitações

PROCESSO Nº. 611/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0215/2023

OBJETO: REPASSE DA 6ª E 7ª PARCELA DO RECURSO ESTADUAL, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, DE INCENTIVO FINANCEIRO COMPLEMENTAR PARA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE CARDIOVASCULAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS, DESTINADO A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DILSON DE QUADROS GODINHO, CNES 2219646, CONFORME RESOLUÇÕES SES/MG Nº 7.775 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, E Nº 8.258 DE 20 DE JULHO DE 2022, DELIBERAÇÕES CIB-SUS/MG Nº 3.556 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, E Nº 3.878 DE 20 DE JULHO DE 2022 E PLANO DE TRABALHO.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Formaliza-se o presente termo com a finalidade de apreciar pedido formulado pela Secretaria Municipal de Saúde, referente ao **REPASSE DA 6ª E 7ª PARCELA DO RECURSO ESTADUAL, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, DE INCENTIVO FINANCEIRO COMPLEMENTAR PARA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE CARDIOVASCULAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS, DESTINADO A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DILSON DE QUADROS GODINHO, CNES 2219646, CONFORME RESOLUÇÕES SES/MG Nº 7.775 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, E Nº 8.258 DE 20 DE JULHO DE 2022, DELIBERAÇÕES CIB-SUS/MG Nº 3.556 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, E Nº 3.878 DE 20 DE JULHO DE 2022 E PLANO DE TRABALHO.** Conforme já descrito, o repasse se dá em razão de aporte financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde – SUS, estabelecido no anexo IV da Resolução SES/MG Nº 8.258, de 20 de julho de 2022 e Resolução SES/MG Nº 7.775, de 15 de outubro de 2021. Diante disso esta Administração procede com a contratação direta por inexigibilidade de licitação em favor **FUNDAÇÃO DE SAÚDE DILSON DE QUADROS GODINHO, CNES 2219646**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.991.591/0001-06, com o valor total de **R\$167.604,44 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos).**

Preliminarmente, ressaltamos que quanto exigência de elaboração do Estudo Técnico Preliminar o Decreto Municipal nº 4.539, 31 de março de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal deste município, dispensa sua elaboração, tendo em vista que o presente objeto não se encontra previsto no Art. 52:

A obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locações em geral e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no artigo 54, deste Decreto.

Consoante análise dos autos do procedimento administrativo em tela, verifica-se que a contratação direta em apreço por inexigibilidade de licitação procede, uma vez que o recurso já é predestinado para repasse à entidade em questão. Assim, se está consubstanciado o disposto no *caput do art. 74* da Lei 14.133/2023, *in verbis*: “Art. 74.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Diretoria de Licitações

*É inexigível a licitação **quando inviável a competição**, em especial nos casos de: [...]” (grifou-se).*

Assevera ainda o art. 72 do mesmo diploma legal quanto à necessidade de formalização de devido procedimento administrativo, no qual estejam consignadas a razão da escolha do prestador e a justificativa do preço. Quanto à justificativa do preço reitere-se que o valor é pré-definido no anexo IV da Resolução SES/MG N° 8258. Desta forma, a contratação em apreço atende ao interesse público e respeita as normas impostas pelo artigo 74, da Lei nº. 14.133/2021, haja vista que a questão relacionada à escolha dos fornecedores na pretensa contratação também já se acha superada ante a todo exposto. Cabe ressaltar que foi realizada consulta acerca da regularidade fiscal e trabalhista no tocante à pretensa contratada, encontrando-se em conformidade com o disposto nos arts. 62 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, conforme certidões acostadas aos autos.

Portanto, tendo a Administração verificado o atendimento da demanda solicitada e constatado que o valor apresentado pela pretensa contratada corresponde àquele praticado no mercado, julga-se **INEXIGÍVEL** a contratação descrita no processo administrativo em tela com base no **art. 74, caput da Lei 14.133/2021**. Na oportunidade, encaminha os autos à Procuradoria-Geral do Município para emissão de Parecer Jurídico.

Montes Claros, 16 de outubro de 2023.

Jaheb Wagner Leite Castro
Agente de Contratação

